

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

2º trimestre de 2025

Abril - Maio - Junho

Florianópolis, Agosto de 2025



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
- IPREV-SC

Mauro Luiz de Oliveira
Presidente

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração

Liamara Meneguetti
Diretora de Previdência

Gustavo de Lima Tengan
Diretor Jurídico

Yuri Carione Engelke
Diretor de Investimentos

Rodrigo Guilherme Quint
Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade

Humberto Dias Filho
Gerente de Apoio Operacional

Daniel André Noebauer
Gerente de Gestão de Pessoas

Décio Woll Regis
Gerente de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica

Rodrigo Nascimento Santiago
Gerente de Planejamento

Gerson Luiz da Cruz
Gerente de Pensões

Adriana Lemser Dias
Gerente de Inativos

Simone Araujo Butemberg
Gerente de Diligências

Cristine Daniela Rachor Panzenhagen
Gerente de Atendimento

Beatriz Aly Rafaelli
Gerente de Compensação Previdenciária

Alex dos Santos
Gerência de Folha de Pagamento

Ana Paula Scoz Silvestre Aguiar
Gerente do Contencioso Administrativo

Marcelo de Oliveira Ganzo
Gerente de Contencioso Judicial

Sheila Vanessa Fortuna Ferreira
Gerente de Avaliação e Cálculo

Jean Jacques Dressel Braun
Gerente de Investimentos

Aliceana de Andrade Graciosa
Gerente de Riscos

Equipe Técnica:

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração

Rodrigo Nascimento Santiago
Gerente de Planejamento

Mario Luiz Marques Tavares
Administrador

Bruna Veiga de Moraes
Assistente Social

Dirnéle Carneiro Garcez
Especialista em Gestão de Processos EPROC-SEPLAN

Bruno Cristiano Martins
Apoio Administrativo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

- 01.** PERFIL INSTITUCIONAL DO IPREV-SC
- 02.** PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO RPPS/SC
- 03.** UNIDADE GESTORA
- 04.** EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL
- 05.** GESTÃO DE INVESTIMENTOS
- 06.** ÓRGÃOS COLEGIADOS
- 07.** ATIVIDADES INSTITUCIONAIS
- 08.** CANAIS DE ATENDIMENTO E OUVIDORIA

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Governança Corporativa do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV-SC), referente ao segundo trimestre de 2025, tem por objetivo exibir, de forma estruturada e transparente, as principais ações, resultados e indicadores relativos à gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais, no período de abril a junho de 2025.

O relatório constitui um importante instrumento de prestação de contas e transparência institucional, direcionado aos segurados, beneficiários, órgãos de controle e à sociedade catarinense. Visa consolidar a cultura de governança pública, de forma a contribuir para o fortalecimento da confiança nas instituições e para a melhoria contínua da administração previdenciária estadual.

A elaboração deste documento está fundamentada nos princípios da Governança Corporativa, sejam eles:

- I) Transparência: assegurar o acesso a informações relevantes, de forma clara, tempestiva e acessível;
- II) Equidade: promover o tratamento justo e isonômico a todos os públicos de interesse;
- III) Prestação de contas (*accountability*): responsabilização pelos atos de gestão e pelos seus resultados;
- IV) Responsabilidade corporativa e social: consideração dos impactos das decisões institucionais sobre a sociedade e o equilíbrio do RPPS.

A metodologia adotada contempla a consolidação de dados provenientes dos sistemas corporativos e das unidades técnico-administrativas do IPREV-SC, que incluem informações das áreas de benefícios, arrecadação, investimentos, contabilidade, atuária, *compliance* e controle interno. O conteúdo está alinhado às diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), coordenado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência, e à legislação previdenciária aplicável no âmbito federal e estadual.

Ao apresentar os resultados do segundo trimestre de 2025, este relatório reafirma o compromisso do IPREV-SC com a boa governança, a sustentabilidade do regime previdenciário e a excelência na prestação dos serviços públicos, em consonância com os princípios constitucionais que regem a administração pública.

1. PERFIL INSTITUCIONAL DO IPREV-SC

1.1 Histórico institucional

O Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV-SC) é uma autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado da Administração e reestruturada por meio da Lei Complementar nº 412, de 26 de junho de 2008, com a finalidade de gerir o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais.

Sua origem remonta ao antigo Montepio de Seguridade dos Servidores Estaduais (fundado em 1909), de caráter assistencial. Ao longo de sua evolução institucional, destacam-se marcos legais como a Lei nº 3.138, de 1962, que reorganizou o sistema previdenciário estadual, e a Lei Complementar nº 129, de 1994, que atualizou suas disposições.

A partir da Emenda Constitucional nº 20/1998, o Regime Próprio de Previdência do Estado de Santa Catarina passou a operar sob o formato contributivo, com base no equilíbrio financeiro e atuarial. Reformas posteriores, por meio das Leis Complementares nº 266/2004, nº 412/2008 e nº 662/2015 e nº 773/2021, consolidaram sua estrutura atual e adaptaram seu modelo de gestão às exigências normativas federais e estaduais.

No presente, o referido instituto é responsável pela concessão, manutenção e revisão dos benefícios previdenciários dos servidores públicos civis do Poder Executivo e de seus dependentes.

1.2 Segregação das massas previdenciárias

Atualmente, os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina são atendidos por dois fundos previdenciários distintos e vigentes: o SC Seguro, sob o regime de repartição simples, destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2023; e o SC Futuro, sob o regime de capitalização, voltado aos servidores admitidos a partir de 1º de janeiro de 2024.

1.3 Identidade institucional

1.3.1 Missão

"Promover, implementar e executar políticas de benefícios previdenciários aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina e seus dependentes, com responsabilidade social, de forma célere, sustentável, equilibrada, solidária e contributiva entre os segurados".

Essa missão reflete o compromisso do IPREV-SC com a boa governança, a proteção dos direitos previdenciários e a excelência na gestão pública.

1.3.2 Visão

"Conceder e pagar, de forma equânime, os benefícios previdenciários de todos os poderes e órgãos, com recursos das contribuições previdenciárias e outros ativos geradores de renda".

1.3.3 Valores

"Comprometimento, Responsabilidade, Legalidade, Segurança, Confiança, Celeridade, Ética e Transparência".

1.4. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Instituto é constituída por 27 unidades, distribuídas entre dezesseis gerências, quatro diretorias, duas coordenações e duas assessorias, além do Gabinete da Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que compõem os níveis superiores da gestão institucional.

Tabela 1 - Identificação das diretorias, gerências e setores e suas respectivas atribuições.

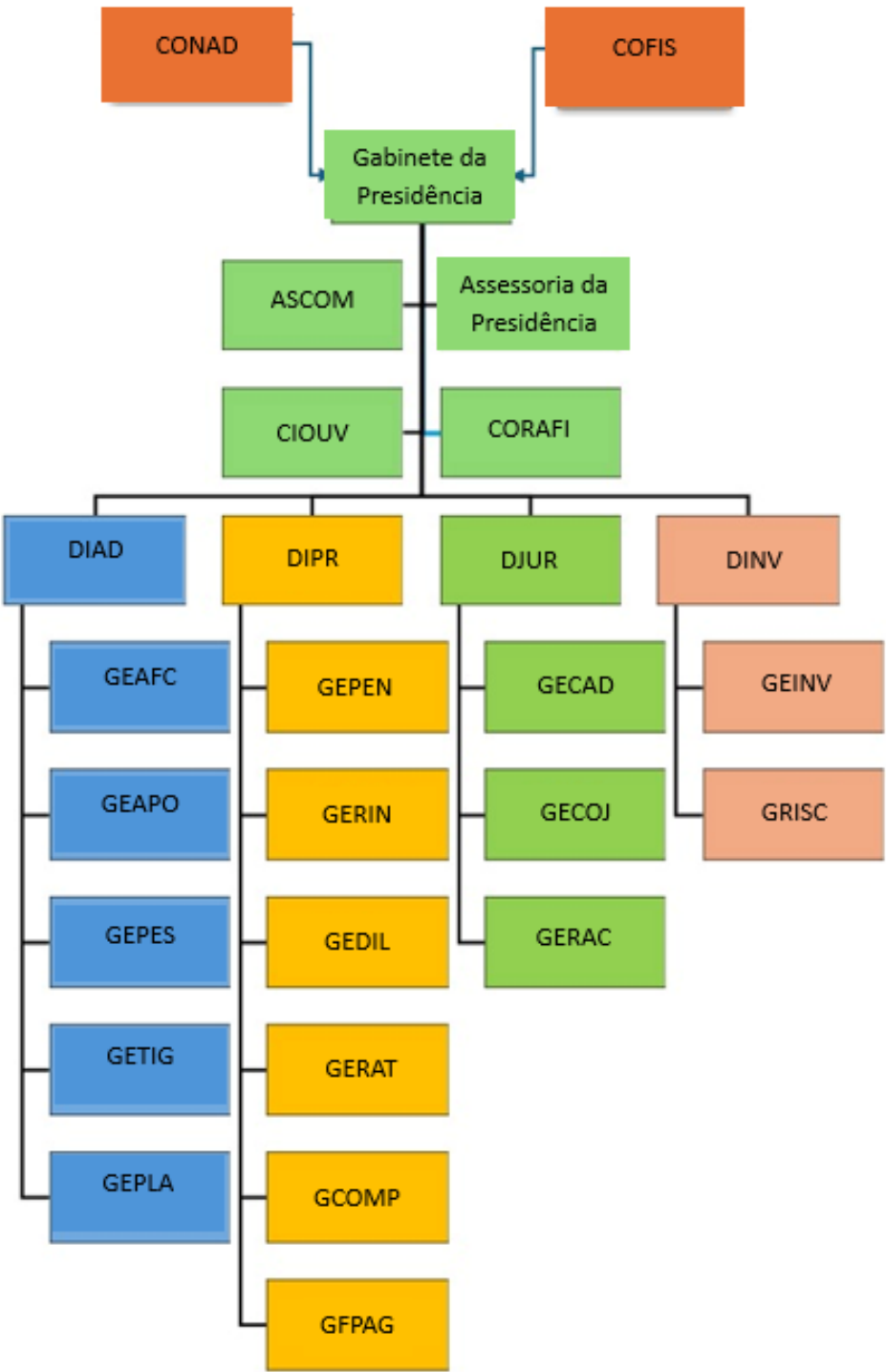
SIGLA	UNIDADE	SETOR	FUNÇÃO	CARGO	AGENTE
CONAD	Conselho	Conselho de Administração	Responsável pelas deliberações e decisões estratégicas	Presidente do Conselho de Administração	Julie Anne Saut
COFIS	Conselho	Conselho Fiscal	Responsável pela fiscalização dos atos dos administradores	Presidente do Conselho Fiscal	Marcos Felipe
Gabinete da Presidência	Presidência	Presidência do IPREV-SC	Responsável pela representação, execução das políticas e consecução dos objetivos da autarquia	Presidente do IPREV-SC	Mauro Luiz de Oliveira
ASCOM	Assessoria	Assessoria de Comunicação	Responsável pela comunicação interna e externa	Assessor de Comunicação	Fernando Kleis
CIOUV	Coordenação	Coordenação de Controle Interno e Ouvidoria	Responsável pelo controle interno e pela ouvidoria	Coordenadora de Controle Interno e Ouvidoria	Dagmar Diana Fava
-	Assessoria	Assessoria da Presidência do IPREV	Assessora diretamente a Presidência em suas decisões e atividades	Assessor do Presidente	Ernesto Montibeler Filho
CORAFI	Coordenação	Coordenadoria de Auditoria e Fiscalização	Responsável pela auditoria e fiscalização das atividades	Coordenador de Auditoria e Fiscalização	Luciano Pascoal Schwalb
DIAD	Diretoria	Diretoria de Administração	Responsável pela administração geral	Diretor de Administração	Abelardo Osni Rocha Júnior

SIGLA	UNIDADE	SETOR	FUNÇÃO	CARGO	AGENTE
GEAFC	Gerência	Gerência de Adm. de Finanças e Contabilidade	Responsável pela administração financeira e contábil	Gerente de Administração de Finanças e Contabilidade	Rodrigo Quint
GEAPO	Gerência	Gerência de Apoio Operacional	Presta apoio operacional às diversas áreas do IPREV	Gerente de Apoio Operacional	Humberto Dias Filho
GEPEs	Gerência	Gerência de Gestão de Pessoas	Responsável pela gestão de pessoas	Gerente de Gestão de Pessoas	Daniel André Noebauer
GETIG	Gerência	Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica	Responsável pela tecnologia da informação	Gerente de Tecnologia da Informação	Décio Woll Regis
GEPLA	Gerência	Gerência de Planejamento	Responsável pelo planejamento	Gerente de Planejamento	Rodrigo Nascimento Santiago
DIPR	Diretoria	Diretoria de Previdência	Responsável pela gestão dos benefícios previdenciários	Diretora de Previdência	Liamara Meneghetti
GEPEs	Gerência	Gerência de Pensões	Gerencia os benefícios de pensão	Gerente de Pensões	Gerson Luiz da Cruz
GERIN	Gerência	Gerência de Inativos	Gerencia os benefícios dos servidores inativos	Gerente de Inativos	Adriana Lemser Dias
GEDIL	Gerência	Gerência de Diligências	Realiza diligências e investigações	Gerente de Diligências	Simone Butemberg

SIGLA	UNIDADE	SETOR	FUNÇÃO	CARGO	AGENTE
GERAT	Gerência	Gerência de Atendimento	Responsável pelo atendimento aos segurados	Gerente de Atendimento	Cristine Panzenhagen
GCOMP	Gerência	Gerência de Compensação Previdenciária	Responsável pela compensação previdenciária	Gerente de Compensação Previdenciária	Beatriz Aly Rafaelli
GFPAG	Gerência	Gerência de Folha de Pagamento	Responsável pela folha de pagamento dos benefícios	Gerente de Folha de Pagamento	Alex dos Santos
DJUR	Diretoria	Diretoria Jurídica	Responsável pelos assuntos jurídicos	Diretor Jurídico	Gustavo de Lima Tengan
GECAD	Gerência	Gerência do Contencioso Administrativo	Responsável pelo contencioso administrativo	Gerente do Contencioso Administrativo	Ana Paula Scoz Silvestre Aguiar
GECOJ	Gerência	Gerência do Contencioso Judicial	Responsável pelo contencioso judicial	Gerente do Contencioso Judicial	Marcelo de Oliveira Ganzo
GERAC	Gerência	Gerência de Avaliação e Cálculo	Responsável pela avaliação e cálculo dos benefícios	Gerente de Avaliação e Cálculo	Sheila Vanessa Fortuna Ferreira
DINV	Diretoria	Diretoria de Investimentos	Responsável pela gestão dos investimentos	Diretor de Investimentos	Yuri Carione Engelke
GEINV	Gerência	Gerência de Investimentos	Responsável pela gestão dos investimentos do RPPS	Gerente de Investimentos	Jean Jacques Dressel Braun
GRISC	Gerência	Gerência de Riscos	Responsável pela gestão de riscos	Gerente de Riscos	Aliceana de Andrade Graciosa

Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2025.

Figura 1 - Organograma Estrutura Organizacional



Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2025.

2. PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS DO RPPS/SC

Os quantitativos mensais de segurados ativos, inativos e pensionistas serão apresentados de acordo com cada Poder ou órgão independente e o respectivo regime previdenciário. Devido às suas especificidades previdenciárias, os militares estaduais serão destacados dos demais segurados vinculados ao Poder Executivo.

2.1 SC Seguro

O SC Seguro - fundo criado pela Lei Complementar Estadual nº 412/2008, que o instituiu em sucessão ao antigo Fundo Financeiro e lhe conferiu a denominação atual - constitui o fundo previdenciário em regime de repartição simples do Estado de Santa Catarina, responsável pelo custeio dos benefícios de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023.

Paralelamente ao regime civil administrado pelo IPREV-SC, o estado conta com o Sistema de Proteção Social dos Militares, regulamentado em âmbito nacional pela Lei nº. 13.954/2019 e instituído pela Emenda Constitucional nº 89/2022 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Esse sistema tem como finalidade assegurar benefícios específicos aos militares estaduais, como reforma, pensão militar, assistência à saúde e outras garantias.

Diferentemente do regime civil, o sistema militar possui regras próprias quanto ao tempo de serviço, às hipóteses de reforma por incapacidade e à concessão de pensões. Embora financiado pelas contribuições dos militares ativos, inativos e pensionistas, sua sustentabilidade também depende de aportes do Tesouro Estadual, já que não se estrutura como regime de capitalização, mas sim como um modelo especial de proteção social.

2.1.1 Quantitativo de segurados vinculados ao SC seguro

Em razão de sua abrangência temporal, o SC Seguro concentra a maior parte da massa previdenciária atualmente sob responsabilidade do IPREV-SC. A composição detalhada desses beneficiários, no segundo trimestre de 2025, está disposta nas tabelas 2, 3 e 4.

Tabela 2 – Quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao regime previdenciário SC Seguro no segundo trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Abril	Maio	Junho
Executivo	37.031	36.914	36.855
Alesc	278	277	291
MPSC	1.064	1.063	1.066
TJSC	6325	6323	6324
TCE	445	444	442
Militares	11.991	11.946	11.915
Total	57.134	56.967	56.893

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

Tabela 3 – Quantitativo mensal de segurados inativos vinculados ao regime previdenciário SC Seguro, no segundo trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Abril	Maio	Junho
Executivo	48.867	48.904	48891
Alesc	730	727	722
MPSC	228	228	229
TJSC	2.267	2.283	2.286
TCE	381	381	383
Militares	12.153	12.164	12.170
Total	64.626	64.687	64.681

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

Tabela 4 – Quantitativo mensal de pensionistas vinculados ao regime previdenciário SC Seguro no segundo trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Abril	Maio	Junho
Executivo	9.092	9.416	9.421
Alesc	349	351	352
MPSC	108	108	109
TJSC	495	495	491
TCE	104	105	105
Militares	3.193	2.898	2.903
Total	13.341	13.373	13.381

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

2.1.2 Receitas:

As receitas brutas ordinárias vinculadas ao SC Seguro no período - constituídas pelas contribuições patronais, de segurados ativos e de beneficiários - estão demonstradas na tabela 5.

Além disso, as receitas oriundas das compensações previdenciárias estão dispostas na tabela 6.

Tabela 5 - Receitas brutas ordinárias vinculadas ao regime previdenciário SC Seguro no segundo trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Abril	Maio	Junho
Contribuições previdenciárias do Executivo	R\$ 173.643.560,34	R\$ 176.873.680,79	R\$ 181.102.542,09
Contribuições previdenciárias da Alesc	R\$ 6.254.479,56	R\$ 6.380.882,45	R\$ 6.417.012,35
Contribuições previdenciárias do MPSC	R\$ 12.713.104,16	R\$ 12.701.232,99	R\$ 13.052.082,27
Contribuições previdenciárias do TJSC	R\$ 43.482.021,90	R\$ 44.536.430,94	R\$ 44.082.459,79
Contribuições previdenciárias do TCE	R\$ 6.159.642,73	R\$ 6.021.453,69	R\$ 6.310.785,38
Contribuições previdenciárias dos militares	R\$ 25.845.707,46	R\$ 28.089.553,00	R\$ 28.369.741,25
Outras receitas	R\$ 31.427.659,50	R\$ 30.359.572,45	R\$ 31.377.844,51
Total	R\$ 299.526.175,65	R\$ 304.962.806,31	R\$ 310.712.467,64

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada extraído do SIGEF, 2025.

Tabela 6 - Relação de valores oriundos de compensação previdenciária no segundo trimestre de 2025

Valores compensados entre IPREV e o RGPS					
Competência	Nº de processos que já estão sendo pagos	Valores Recebidos	Nº de processos que já estão sendo pagos	Valores Enviados	Saldo das Compensações
Abril	7.350	4.877.663,99	2.557	4.423.310,69	454.353,30
Maio	7.456	11.969.707,19	2.610	5.607.278,63	6.362.428,57
Junho	7.424	3.652.923,30	2.585	806.564,41	2.846.358,89
Total	22.230,00	20.500.294,48	7.752,00	10.837.153,73	9.663.140,76
Valores compensados entre IPREV e outros Regimes de Previdência					
Competência	Nº de processos que já estão sendo pagos	Valores Recebidos	Nº de processos que já estão sendo pagos	Valores Enviados	Saldo das Compensações
Abril	323	344.171,06	802	1.354.340,49	-1.010.169,02
Maio	360	579.681,56	846	314.352,56	265.329,00
Junho	365	173.364,87	844	152.764,93	20.599,94
Total	1048	1.097.217,49	2.492,00	1.821.457,98	-724.240,08

Fonte: Elaborado com base nos dados da Diretoria da Previdência e no Relatório de Controle interno, 2025.

2.1.3 Despesas:

A tabela 7 exibe as despesas do fundo previdenciário SC Seguro no segundo trimestre de 2025.

Tabela 7 - Despesas vinculadas ao regime previdenciário SC Seguro no segundo trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Abril	Maiο	Junho
Executivo	R\$ 513.176.355,52	R\$ 519.046.213,21	R\$ 520.929.860,81
Alesc	R\$ 28.886.859,74	R\$ 29.501.894,74	R\$ 35.285.747,92
MPSC	R\$ 14.674.426,30	R\$ 19.064.648,25	R\$ 15.286.551,86
TJSC	R\$ 78.128.181,94	R\$ 63.199.773,38	R\$ 68.644.484,95
TCE	R\$ 16.068.752,27	R\$ 15.809.922,57	R\$ 16.437.847,52
Militares	R\$ 169.572.855,76	R\$ 180.086.828,01	R\$ 180.099.910,32
RPV*	R\$ 1.607.817,46	R\$ 960.572,6	R\$ 1.718.278,42
Extrajudiciais*	R\$ 7.003.897,67	R\$ 6.918.859,18	R\$ 8.445.669,47
Ipalesc*	R\$ 1.219.110,27	R\$ 1.133.550,24	R\$ 1.117.051,9
Total	R\$ 830.338.256,93	R\$ 835.722.262,18	R\$ 847.965.403,17

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada extraído do SIGEF, 2025.

2.1.4 Insuficiência previdenciária:

A principal característica desse fundo previdenciário é estar constituído sob o regime de repartição simples, no qual as contribuições dos servidores ativos financiam os benefícios pagos a inativos e pensionistas. Os dados extraídos em junho de 2025 indicam uma razão de servidores ativos para beneficiários de 0,73, o que evidencia a tendência ao déficit atuarial e ao agravamento da insuficiência financeira do regime, além de reforçar a necessidade de cobertura do déficit previdenciário pelo Tesouro do Estado.

Os dados da insuficiência previdenciária estão demonstrados na tabela 8.

*Despesas pagas diretamente pelo Tesouro Estadual

Tabela 8 – Dados da insuficiência previdenciária do fundo SC Seguro no segundo trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Abril	Maio	Junho
Executivo	R\$ 332.078.066,78	R\$ 335.345.457,91	R\$ 328.992.034,74
Alesc	R\$ 23.755.255,19	R\$ 24.608.511,29	R\$ 30.451.937,80
MPSC	-	-	-
TJSC	-	-	-
TCE	R\$ 10.483.987,69	R\$ 9.178.471,55	R\$ 10.209.031,27
Militares	R\$ 143.389.978,33	R\$ 151.327.298,99	R\$ 151.597.333,53
Total	R\$ 509.707.287,99	R\$ 520.459.739,74	R\$ 521.250.337,34

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

2.2 SC Futuro

O SC Futuro é um fundo estruturado sob o regime de capitalização e instituído pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) em janeiro de 2024, por meio da Lei Complementar nº 848/2023.

2.2.1 Quantitativo segurados vinculados ao SC Futuro

Na tabela 9 estão descritos os dados dos segurados vinculados ao fundo SC Futuro no segundo trimestre de 2025.

Tabela 9 – Quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao regime previdenciário SC Futuro no segundo trimestre de 2025.

Poder/Órgão Independente	Abril	Maio	Junho
Executivo	4.609	4.680	5.451
Alesc	44	37	37
MPSC	34	36	48
TJSC	404	404	475
TCE	3	3	3
Total	5.094	5.160	6.014

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2025.

2.2.2 Receitas:

A discriminação das receitas brutas vinculadas ao fundo SC Futuro no segundo trimestre de 2025, que são constituídas pelas contribuições patronais e de segurados ativos, estão apresentadas na tabela 10.

Tabela 10 - Receitas brutas vinculadas ao regime previdenciário SC Futuro no segundo trimestre de 2025

Poder/Órgão Independente	Abril	Maio	Junho
Contribuições previdenciárias do Executivo	R\$ 5.378.423,00	R\$ 5.583.272,82	R\$ 7.182.402,30
Contribuições previdenciárias da Alesc	R\$ 42.122,18	R\$ 82.226,16	R\$ 83.503,74
Contribuições previdenciárias do MPSC	R\$ 94.917,16	R\$ 100.359,50	R\$ 126.498,88
Contribuições previdenciárias do TJSC	R\$ 882.153,90	R\$ 988.477,34	R\$ 1.065.596,46
Contribuições previdenciárias do TCE	R\$ 13.982,28	R\$ 13.982,28	R\$ 14.918,18
Outras receitas	R\$ 237.857,79	R\$ 335.778,62	R\$ 401.202,32
Total	R\$ 6.649.456,31	R\$ 7.104.096,72	R\$ 8.874.121,88

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

2.2.3 Despesas:

Em virtude do reduzido período de vigência do regime SC Futuro, não se registraram, até a presente data, despesas vinculadas ao referido fundo.

3. UNIDADE GESTORA

A Unidade Gestora 470022 (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina), é responsável pela administração dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social de Santa Catarina (RPPS/SC), de forma a assegurar a correta aplicação das contribuições previdenciárias e a manutenção da sustentabilidade financeira do fundo previdenciário estadual. Entre suas principais atribuições, destacam-se o recebimento e controle das contribuições de servidores ativos, aposentados e pensionistas, o registro e acompanhamento das receitas e despesas vinculadas ao fundo, a gestão dos investimentos de acordo com a legislação vigente e a política de investimentos do RPPS, bem como o suporte à avaliação atuarial para garantir o equilíbrio financeiro do regime.

3.1. Despesas

Na tabela 11 estão detalhadas as despesas da unidade gestora do RPPS/SC no segundo trimestre de 2025.

Tabela 11 – Despesas vinculadas à unidade gestora do RPPS/SC no segundo trimestre de 2025.

Natureza da despesa	2025		
	Abril	Maio	Junho
Custeio	959.022,20	849.645,32	799.019,44
Folha	2.488.272,51	2.514.048,65	2.494.207,59
Investimentos	-	-	-
PASEP	10.968.957,05	8.378.082,44	8.406.944,10
Total	14.416.251,76	11.741.776,41	11.700.171,13

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

3.2 Receitas

3.2.1 Taxa de Administração

A taxa de administração consiste em recurso previdenciário vinculado, destinado ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à manutenção, organização e funcionamento da Unidade Gestora do RPPS, conforme estabelece o inciso XXVII do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 412/2008. Trata-se de instrumento essencial para a garantia da autonomia financeira e administrativa da unidade gestora. Entre suas aplicações, destacam-se o pagamento de pessoal e encargos administrativos, a manutenção de sistemas de tecnologia da informação para controle de contribuições, benefícios e investimentos, além de auditorias, consultorias atuariais e jurídicas.

3.2.2 Valores da taxa de administração

Os valores mensais da taxa de administração, referentes a cada poder ou órgão independente no exercício de 2025, estão apresentadas na Tabela 12.

Tabela 12 - Valores mensais da taxa de administração no exercício de 2025

Poder/Órgão independente	Valor
Executivo	R\$ 6.751.214,78
Alesc	R\$ 279.911,64
MPSC	R\$ 544.583,37
TJSC	R\$ 1.705.332,85
TCE	R\$ 206.295,36
Militares	R\$ 2.160.788,99
Total	R\$ 11.648.126,99

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

4. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

A Lei nº 9.717, de 27 de Fevereiro de 1998, recepcionada pelo art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019 até o advento da lei complementar de que trata o art. 40, § 22, da Constituição Federal, dispõe sobre as regras gerais para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, determinando no art. 1º que esses regimes devem observar normas gerais de contabilidade e atuária de modo a garantir o Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) do sistema.

À luz das disposições legais vigentes, os RPPSs devem realizar avaliação atuarial inicial e em cada balanço, utilizando-se de parâmetros gerais, estabelecidos para a sua organização, com a finalidade de reavaliar o plano de benefícios previdenciários e revisão do plano de custeio.

Para condução do Estudo e Avaliação Atuarial 2025, teve-se como data base de extração dos dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos segurados e beneficiários do RPPS do Estado de Santa Catarina o último dia do mês de setembro do exercício relativo à avaliação, 30/09/2024, e como data focal o último dia do ano civil do exercício, 31/12/2024, conforme preconizado pela legislação previdenciária vigente, de forma que as obrigações do Plano de Benefícios iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte.

Na Tabela 13a são apresentadas as projeções atuariais dos planos financeiros e previdenciários para o período de 2021 a 2025, enquanto a Tabela 13b demonstra a evolução atuarial do sistema de proteção dos militares no mesmo intervalo.

Tabela 13a – Evolução atuarial do RPPS do estado de Santa Catarina no período de 2021 a 2025 (previdenciário e financeiro)

Ano-Base	2021	2022	2023	2024	2025 - SCFUTURO	2025 - SCSEGURO
Data-Base	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024
Quantidade de Servidores Ativos	47.625	46.349	48.271	47.598	930	45.422
Remuneração Média (em R\$)	7.420,53	7.748,87	9.324,91	9.673,75	5.354,52	10.153,18
Quantidade de Beneficiários	59.199	61.290	61.918	62.005	0	62
Provento Médio (em R\$)	7.163,41	7.015,65	9.005,99	9.356,13	0	9.549,53
Total de Segurados	106.824	107.639	110.189	109.603	930	45.484
Proporção Ativos/Beneficiários	0,8	0,76	0,78	0,77	0	732,61
Folha Mensal de Ativos (em R\$)	353.402.702,87	359.152.405,17	450.122.951,77	460.451.152,50	4.979.703,60	461.177.741,96
Folha Mensal de Benefícios (em R\$)	424.066.589,44	429.988.900,17	557.632.918,10	580.126.840,65	0	592.070,86
Folha Benefícios/Folha Ativos (%)	120,00%	119,72%	123,88%	125,99%	0,00%	0,13%
VABF - Benefícios Concedidos (em R\$)	97.182.990.771,28	60.014.122.830,78	75.912.191.511,76	81.822.896.268,13	0	82.712.466.825,41
VABF - Benefícios a Conceder (em R\$)	102.460.319.113,09	38.073.040.531,48	50.050.606.989,85	55.770.851.404,83	299.176.102,44	50.688.772.392,03
VABF - Custo Total (R\$ milhões)	199.643.309.884,37	98.087.163.362,26	125.962.798.501,61	137.593.747.672,96	299.176.102,44	133.401.239.217,44
FSF - Folha Salarial Futura (em R\$)	53.340.994.285,73	41.351.431.397,20	50.306.748.742,75	53.562.747.672,96	1.127.712.598,24	57.871.902.308,38
Custo VABF (em % da FSF)	374,28%	237,20%	250,39%	247,34%	26,53%	230,51%

Direitos de Contribuição Normal (em R\$)	30.178.757.683,39	28.954.461.143,22	36.367.126.243,04	37.972.132.395,22	320.179.717,29	34.549.895.818,52
Compensação Financeira (em R\$)	19.964.330.988,44	8.827.844.702,60	10.077.023.863,99	4.499.953.916,66	14.958.804,60	4.395.469.139,30
Déficit/Superávit Base (em R\$)	149.500.221.212,54	60.304.857.516,44	79.518.648.394,58	95.121.661.361,08	35.962.419,45	94.455.874.259,62
Déficit/Superávit Base (% FSF)	280,27%	145,83%	158,07%	177,59%	3,19%	163,22%
Contribuição Normal dos Servidores (em %)	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%
Contribuição Normal do Ente (em %)	28,00%	28,00%	28,00%	28,00%	14,00%	28,00%
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Repartição
Método de Financiamento	Idade de Entrada Normal	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2018 Separada por Sexo	IBGE 2019 Separada por Sexo	IBGE 2020 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial de Ativos	2,03% ao ano	2,13% ao ano	1,81% ao ano	1,93% ao ano	1,95% ao ano	1,95% ao ano
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	0,00% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rotatividade	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Reposição de Servidores	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Fator de Capacidade	100%	100%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%

Fonte: Relatório de Gestão Atuarial, 2025.

Tabela 13b – Evolução atuarial do RPPS do estado de Santa Catarina no período de 2021 a 2025 (Militares)

Ano-Base	2021	2022	2023	2024	2025 - SCFUTURO
Data-Base	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024
Quantidade de Servidores Ativos	12.903	12.747	12.313	12.059	12.301
Remuneração Média (em R\$)	7.282,23	7.103,82	9.415,56	9.509,97	9.637,56
Quantidade de Beneficiários	15.556	14.281	14.609	14.946	15.129
Provento Médio (em R\$)	8.585,00	8.590,85	10.787,27	10.860,98	10.934,17
Total de Segurados	28.459	27.028	26.922	27.005	27.430
Proporção Ativos/Beneficiários	0,83	0,89	0,84	0,81	0,81
Folha Mensal de Ativos (em R\$)	93.962.613,69	90.552.393,54	115.933.790,28	115.657.507,23	118.551.625,56
Folha Mensal de Benefícios (em R\$)	125.770.260,00	122.685.923,05	157.591.227,43	162.328.162,98	165.423.074,05
Folha Benefícios/Folha Ativos (%)	133,85%	135,49%	135,93%	140,35%	139,54%
VABF - Benefícios Concedidos (em R\$)	35.437.476.505,20	20.152.709.244,39	25.230.339.589,64	27.535.346.536,69	27.764.855.327,00
VABF - Benefícios a Conceder (em R\$)	43.537.013.687,51	11.613.689.878,94	14.586.786.516,24	16.033.826.576,44	16.478.844.375,11
VABF - Custo Total (R\$ milhões)	78.974.490.192,71	31.766.399.123,33	39.817.126.105,88	43.569.173.113,13	44.243.699.702,11
FSF - Folha Salarial Futura (em R\$)	22.415.759.438,61	13.444.852.481,27	16.839.932.194,26	17.208.786.845,78	17.545.905.666,29
Custo VABF (em % da FSF)	352,32%	236,27%	236,44%	253,18%	252,16%

Direitos de Contribuição Normal (em R\$)	10.645.976.197,23	4.747.181.409,79	5.948.991.136,08	5.502.226.744,82	6.136.990.501,96
Compensação Financeira (em R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit/Superávit Base (em R\$)	68.328.513.995,48	27.019.217.713,54	33.868.134.969,80	38.066.946.368,31	38.106.709.200,15
Déficit/Superávit Base (% FSF)	86,52%	85,06%	85,06%	87,37%	86,13%
Contribuição Normal dos Servidores (em %)	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%
Contribuição Normal do Ente (em %)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Idade de Entrada Normal	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2018 Separada por Sexo	IBGE 2019 Separada por Sexo	IBGE 2020 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial de Ativos	2,03% ao ano	2,13% ao ano	1,81% ao ano	1,93% ao ano	1,95% ao ano
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	0,00% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rotatividade	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Reposição de Servidores	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Fator de Capacidade	100%	100%	98,22%	98,22%	98,22%

Fonte: Relatório de Gestão Atuarial, 2025.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

5.1 Carteira de investimentos

No segundo trimestre de 2025, os ativos da carteira de investimentos consolidada, apresentaram uma rentabilidade (retorno trimestral) de 3,37%, e uma volatilidade no período, anualizada, de 0,37%. A rentabilidade da carteira consolidada nos meses de abril, maio e junho, assim como o retorno no trimestre foram representados na tabela 14.

Tabela 14 – Rentabilidade da carteira consolidada nos meses de abril, maio e junho

Mês	Rentabilidade	Meta (INPC + 4,50%)
Abril	1,14	0,83
Maio	1,12	0,72
Junho	1,07	0,58
Retorno Trimestral/Meta Acumulada	3,37	2,15

Fonte: Elaborado com base no Relatório Mensal dos Investimentos da LDB, 2025

5.2 Gestão de riscos

A gestão de riscos do RPPS/SC permanece em conformidade com as políticas internas vigentes, além de manter a observância dos normativos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Ministério da Previdência Social, dentre os quais a Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme disposto no Relatório de Gestão de Risco e de Diligências referente a junho de 2025.

De acordo com a conclusão do referido relatório, cujo objetivo é verificar o cumprimento dos procedimentos de avaliação, mensuração, controle e monitoramento dos riscos aos quais os recursos estão expostos, constatou-se a adequação e/ou mitigação dos principais riscos — de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, de terceirização e sistêmico — aos limites estabelecidos na Política de Investimentos para o exercício de 2025.

5.2.1 Risco de mercado

Ao analisar a ferramenta estatística VaR (*Value at Risk*) na figura 2, empregada no gerenciamento de risco do RPPS, constata-se que os índices estão de acordo com os parâmetros estabelecidos na Política de investimentos de 2025 (tabela 15) e, por conseguinte, que a volatilidade da carteira está controlada.

Tabela 15 – Parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos de 2025 para a ferramenta estatística *VaR*

Estrutura	Benchmark	VaR / B-VaR	Limite
Consolidado	INPC + 4,50% a.a.	VaR	5,00%
Segmento Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	VaR	5,00%
Segmento Renda Variável	IBrX-100	VaR	12,00%
Segmento Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	VaR	11,00%
Segmento Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	VaR	8,00%
Segmento Exterior	MSCI Global (BRL)	VaR	15,00%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

Figura 2 – Estatísticas do VaR (*Value at Risk*) atribuídos aos ativos da carteira de investimentos



Carteira: ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO Data Extrato: 30/06/2025

EXTRATO CONSOLIDADO DE ATIVOS

Análise de Risco

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0% Value-At-Risk (R\$): 117.390,36 Value-At-Risk: 0,02%

	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	0,03	0,02	5,00	0,02	-0,96	1,06	692.115.909,86	100,00
ESTADO DE SANTA CATARINA - CONSOLIDADO		0,02		0,02			692.115.909,86	100,00

Renda Fixa Value-At-Risk: 0,02%

Artigo 7º I, Alínea b

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FIC FI	0,25	0,16	0,00	0,16	-0,67	0,93	22.260.424,46	3,22
BB RENDA FIXA LONGO PRAZO TESOURO SELIC FIC FIF RESP LIMITADA	0,01	0,02	0,00	0,01	-2,22	1,08	17.432.451,28	2,52
BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FI LONGO PRAZO	0,01	0,02	0,01	0,01	-0,56	1,09	544.599.943,95	78,69
Sub-total	0,04	0,02	0,01		-0,64	1,07	584.292.819,69	84,42

Artigo 7º III, Alínea a

Ativo	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	CVaR ⁽³⁾	BVaR ⁽⁴⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
BB PREV RF FLUXO FIC	0,02	0,02	0,00	0,01	-5,09	1,02	107.823.090,17	15,58
Sub-total	0,02	0,02	0,00		-5,09	1,02	107.823.090,17	15,58

(1) Volatilidade anualizada do ativo no período (%)
(2) VaR (Value-at-Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(3) Component VaR: contribuição no risco da carteira (%)
(4) BVaR (Benchmark-Value at Risk): 21 dias com 95% de confiança (%)
(5) Limite Política de Investimentos (%)

Fonte: LDB Consultoria/Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

5.2.2 Risco de crédito

Sob o método quantitativo adotado, que aborda de forma métrica os ratings atribuídos pelas agências classificadoras de crédito que operam no Brasil (tabela 17), os riscos foram controlados tanto para os recursos garantidores (tabela 16) - o que mitiga a exposição ao risco de ativos não qualificados – quanto para os efeitos de setores específicos da economia (tabela 18).

Tabela 16 – Limites para controle do risco de crédito em relação recursos garantidores

Categoria de Risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

Fonte: Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

Tabela 17 – Ratings atribuídos por agências classificadoras de risco de crédito

Tabela de Ratings						
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau
1	AAA (bra)	brAAA	AAA br	AAA	brAAA	Investimento
2	AA+ (bra) AA (bra) AA- (bra)	brAA+ brAA brAA-	AA+ br AA br AA- br	AA AA AA	brAA+ brAA brAA-	
3	A+ (bra) A (bra) A- (bra)	brAA+ brAA brAA	AA+ br AA br AA- br	AA AA AA	brAA+ brAA brAA-	
4	BBB+ (bra) BBB (bra) BBB- (bra)	brBBB+ brBBB brBBB-	BBB+ br BBB br BBB- br	BBB+ BBB BBB-	brBBB+ brBBB brBBB-	Especulativo
5	BB+ (bra) BB (bra) BB- (bra)	brBB+ brBB brBB-	BB+ br BB br BB- br	BB+ BB BB-	brBB+ brBB brBB-	
6	B+ (bra) B (bra) B- (bra)	brB+ brB brB-	B+ br B br B- br	B+ B B-	brB+ brB brB-	
7	CCC (bra) CC (bra) C (bra)	brCCC brCC brC	CCC br CC br C br	CCC CC C	brCCC brCC brC	
8	D (bra)	brD	D br	D	brD	

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

Tabela 18 – Limites estabelecidos para controle do risco de crédito setorial.

Tipo de Crédito	Controle Individual	Controle Setorial
Financeiro	10%	20%
Corporativo	5%	10%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

5.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez, aferido pelo percentual da carteira que pode ser negociada em determinado prazo (tabela 19), também está inserido nos limites estipulados para o exercício. Tal composição indica que há menor propensão de perdas financeiras decorrentes da subprecificação dos papéis nas operações.

Tabela 19 – Limites estabelecidos para controle do risco de liquidez.

Horizonte	Percentual Mínimo da Carteira
De 0 a 21 dias úteis	10%
Até 252 dias úteis	20%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025.

5.2.4 Risco operacional

A avaliação do risco operacional está, na metodologia adotada, condicionada às obtenções das certificações profissionais pelos membros do comitê de investimentos, exibidas na tabela 22. A exigência de tais capacitações dos integrantes do processo decisório reforça a busca pela adequação a normas e procedimentos de controle interno. Logo, verifica-se, pelo método empregado, que a administração do risco operacional atende às demandas normativas e à Política de Investimentos de 2025.

5.2.5 Risco de terceirização

O risco de terceirização, ou seja, a possibilidade de que os investimentos sejam geridos por outras entidades prestadoras de serviços, é repellido em virtude de, até o momento, os recursos do RPPS serem integralmente administrados pelo IPREV/SC.

5.2.6 Risco legal

Os esforços para atender às exigências normativas, o que inclui o aprimoramento das atividades de compliance e a contratação pontual de entidades especializadas em monitoramento de riscos jurídicos em investimentos, têm contribuído para prevenir potenciais perdas associadas a eventos judiciais. Dessa forma, considera-se, pela manutenção de tais medidas, o risco legal minimizado.

5.2.7. Risco sistêmico

Apesar das incertezas relacionadas à referida análise, o acompanhamento constante do cenário macroeconômico e doméstico, através do mapeamento de fatores que possam levar ao colapso do sistema financeiro, auxiliam a previsão e o gerenciamento desse tipo de risco. Além disso, indicadores como VaR e Stress da carteira consolidada permitem estimar a volatilidade do mercado. Logo, tal monitoramento, associado à composição majoritária da carteira consolidada em títulos públicos federais, além de observados os limites legais para fundo emissor ou fator de risco, indicam que o risco sistêmico está mitigado.

6. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Atualmente o IPREV-SC possui 4 (quatro) órgãos colegiados. São eles: o Conselho de Administração (CONAD), o Conselho Fiscal (COFIS), a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimentos.

6.1. Conselho de Administração (CONAD)

Órgão superior de deliberação e orientação do RPPS/SC, conforme Lei Complementar nº 412/2008. É responsável por definir a política geral de administração do IPREV e do regime. A sua composição para o exercício de 2025 está descrita na tabela 20.

6.1.1 Composição

Tabela 20 – Composição do Conselho de Administração para o exercício de 2025

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Vânio Boing				Membro Nato
Julie Anne Saut	CP RPPS CODEL I	28/09/2022	28/09/2026	Presidente
Kliwer Schmitt				Vice-Presidente
Zélia Wesendonck Bunn	CP RPPS CODEL I	03/04/2024	03/04/2028	Secretária
Gustavo Lima Tengan	CP RPPS DIRIG I	03/01/2024	03/01/2028	Titular
Abelardo Osni Rocha Junior	CP RPPS DIRIG I	06/01/2023	06/01/2027	Titular
Giovanna Silveira da Silva	CP RPPS CODEL I	12/09/2022	12/09/2026	Titular
Rodolfo Cezar R. da Silva T.				Titular
Víctor Inácio Kist	CP RPPS CODEL I	07/12/2023	07/12/2027	Titular
Diego Vieira de Souza				Titular
Joffre Wendhausen Valente	CP RPPS CODEL I	08/12/2023	08/12/2027	Titular
Dijalma Antônio da Silva	CP RPPS CODEL I	06/05/2024	06/05/2028	Titular
Arthur Alexandre Castro	CP RPPS CODEL I	14/11/2023	14/11/2027	Titular
Ana Maria Duarte	CP RPPS CODEL I	27/03/2024	27/03/2028	Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

6.1.2 Resumo das atas

Ata nº 157 – 08/04/2025:

- Aprovação da ata anterior;
- Informes gerais: participação na ABIPEM, governança previdenciária;
- IPREV: metas de zerar processos de pensão e concluir o SISPREV;
- Análise de processos: prestação de contas (SC Seguro, SC Futuro, Unidade Gestora) e arquivamento de processo;
- Encaminhamentos: envio ao TCE/SC;
- Próxima reunião: 28/05/2025.

Ata nº 158 – 28/05/2025:

- Aprovação da ata anterior (08/04/2025);
- Informes sobre o Pró-Gestão RPPS, capacitações e ausência registrada;
- Apresentação do IPREV com foco em: implantação do SISPREV-WEB, certificação institucional nível IV, curso de atuária, contrato com UFSC, avaliação sobre empréstimos consignados;
- Deliberações: comissão para estudo de alterações legais, arquivamento de processos, parecer ao Gabinete da Presidência;
- Assuntos gerais: eleição para cargos diretivos, alteração de mandato, decreto de venda de imóveis;
- Próxima reunião: 30/06/2025.

Ata nº 159 - 30/06/2025

Aprovação da ata anterior (28/05/2025)

- Informes sobre o Pró-Gestão RPPS, capacitações e comissão de certificação profissional do Pró-Gestão;
- Apresentação do IPREV, com foco em: continuidade do programa Pró-Gestão, elaboração da nova Política de Segurança da Informação e menções sobre o Programa de Intercâmbio entre Regimes Próprios de Previdência Social;
- Reeleição de presidente, vice-presidente e secretária do colegiado, assim como deliberações sobre mandatos dos membros;
- Disposições sobre alienação de imóveis do IPREV;
- Assuntos gerais: considerações sobre a capacitação do Congresso Nacional da ABIPEM;
- Próxima reunião: 8/07/2025.

6.2.1 Conselho Fiscal

Órgão responsável pela fiscalização contábil, financeira e patrimonial do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2025 está descrita na tabela 21.

6.2.2 Composição

Tabela 21 – Composição do Conselho Fiscal para o exercício de 2025

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Marcos Felipe	CP RPPS COFIS I	02/01/2023	02/01/2027	Presidente
Paulo H. R. Faria Júnior				Vice-Presidente
Dagmar Diana Fava	CP RPPS COFIS I	06/10/2023	06/10/2027	Secretária
Angela R. dos Santos Eickhoff	CP RPPS COFIS I	29/12/2022	29/12/2026	Titular
Raquel S. R. da Silva				Titular
Eduardo Cardoso Silva				Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

6.2.3 Resumo das atas

Ata nº 165 – 16/04/2025

- Aprovação da ata anterior;
- Capacitação obrigatória e repositório de documentos;
- Análises financeiras de fevereiro aprovadas;
- Proposta de resolução para garantir orçamento de capacitações.

Ata nº 166 - 14/05/2025

- Aprovação da ata anterior;
- Solicitação de inclusão na pauta da próxima convocação a eleição de presidente, vice e secretária;
- Disposições sobre o evento de capacitação do atuário.

Ata nº 167 - 11/06/2025

- Aprovação da ata anterior;
- Integração entre o colegiado do COFIS e o coordenador do Pró-Gestão;
- Menção sobre a adequação contábil dos relatórios do SC Futuro;
- Disposições sobre a eleição de conselheiros para composição de nova diretoria.

6.3 Diretoria Executiva do IPREV

Órgão responsável pela gestão técnica e operacional do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2025 está descrita na tabela 22.

6.3.1 Composição

Tabela 22 – Composição da Diretoria Executiva para o exercício de 2025

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Mauro Luiz de Oliveira	CP RPPS DIRIG I	13/07/2024	17/07/2028	Presidente
Abelardo O. Rocha Junior	CP RPPS DIRIG I	06/01/2023	06/01/2027	Diretor Adm. e Financeiro
Gustavo Lima Tenguan	CP RPPS DIRIG I	03/01/2024	03/01/2028	Diretor Jurídico
Liamara Meneghetti				Diretora de Previdência
Yuri Carioni Engelke				Diretor de Investimentos

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

6.3.2 Resumo das atas

Reunião – 09/04/2025

- Revisão do Regimento Interno em andamento;
- Venda de imóveis desocupados;
- Uso do imóvel de Lages (SC);
- Receitas via *royalties* e leilões.

Reunião – 12/05/2025

- Inclusão de novos cargos técnicos;
- Foco no SC Futuro para novos servidores;
- Reunião sobre aplicação da nova lei;
- Avaliação de empréstimos consignados;
- Informações ao SINJUSC e aumento de demandas na GERAC.

6.4 Comitê de Investimentos

Órgão técnico de apoio à gestão da carteira de investimentos do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2025 está descrita na tabela 23.

6.4.1 Composição

Tabela 23 – Composição do Comitê de Investimentos para o exercício de 2025

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Abelardo O. Rocha Junior	CP RPPS CGINV I	13/01/2023	13/01/2027	Titular
Aliceana A. Graciosa	CP RPPS CGINV I	28/12/2023	28/12/2027	Titular
Jean Jacques D. Braun	CP RPPS CGINV I	13/09/2023	13/09/2027	Titular
Yuri Carioni Engelke	CP RPPS CGINV I	19/12/2023	19/12/2027	Titular
Saulo Rodolfo Vidal				Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025.

6.4.2 Resumo das atas:

Reunião – 29/04/2025

- Rentabilidade acumulada: 2,95%;
- Discussão sobre curva de juros e cenário macroeconômico;
- Adiado investimento em IMA-B;
- Estudo sobre empréstimos consignados.

Reunião – 27/05/2025

- Rentabilidade acumulada: 4,13%;
- Aprovada alocação de até 10% do SC Futuro em IMA-B/IRFM.

Reunião – 24/06/2025

- Rentabilidade acumulada: 5,29%;
- Fundos SC Futuro e SC Seguro com bom desempenho;
- Cenário macroeconômico discutido;
- Aplicação em IMA-B/IRFM mantida para momento oportuno.

7. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

No segundo trimestre de 2025, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) intensificou suas ações de qualificação, governança, inovação administrativa e valorização de servidores, consolidando-se como uma instituição comprometida com a sustentabilidade previdenciária e o atendimento humanizado.

7.1 Gestão de pessoas

Logo no início de abril, os servidores participaram do curso de Análise de Investimentos, promovido em parceria com a GRANFPOLIS e o RPPS de São José. A capacitação forneceu bases sólidas em política de investimentos, mercado financeiro e regulação, essenciais para a administração do fundo de capitalização SC Futuro, criado em 2024. A ação reforçou a importância da formação contínua na gestão dos recursos previdenciários. Ainda em abril, foi lançado o curso “Descomplicando a Atuária: do Básico ao Essencial”, ministrado por atuários de renome, com o objetivo de ampliar o conhecimento técnico dos servidores sobre avaliação e funcionamento dos RPPS.

Por fim, em julho, o IPREV lançou um curso de Educação Financeira para Servidores Públicos, em parceria com a Escola de Governo (ENA). O programa, gratuito e autoinstrucional, com 40 horas de duração, aborda desde planejamento e orçamento pessoal até investimentos, previdência e preparação para aposentadoria. A iniciativa reforça o papel pedagógico da instituição e sua preocupação com o bem-estar financeiro dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

7.2 Desenvolvimento organizacional e sustentabilidade

Em maio, o Instituto esteve representado no XXIII Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública, em Gramado, evento que reuniu mais de 900 participantes de 18 estados, confirmando o protagonismo catarinense no cenário previdenciário. Na mesma época, a Gerência de Atendimento (GERAT) recebeu atenção especial: reuniões estratégicas destacaram o atendimento humanizado como valor central, especialmente em situações de fragilidade dos segurados, e foi promovida uma homenagem ao Dia das Mães, fortalecendo o clima de união e acolhimento entre servidores.

As práticas sustentáveis também ganharam espaço. No Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), o IPREV divulgou diversas iniciativas voltadas à redução de resíduos e ao consumo consciente, como o uso racional de produtos de limpeza, licitações que priorizam itens menos poluentes, distribuição de eco copos e instalação de pontos de coleta seletiva. As medidas reforçam a construção de uma cultura institucional comprometida com a sustentabilidade.

Na mesma linha de aprimoramento institucional, o diretor Abelardo Rocha Jr. apresentou ao Conselho Fiscal do RPPS/SC os avanços no Programa Pró-Gestão, no qual o IPREV já possui certificação de nível II e busca alcançar o nível IV, o mais elevado. Foram detalhadas 24 ações estratégicas, entre elas capacitações, representatividade paritária e ampliação da transparência, evidenciando o compromisso da autarquia com a governança.

No final de junho, a presença catarinense foi marcante no 58º Congresso Nacional da ABIPEM, em Foz do Iguaçu. O evento reuniu mais de 1.600 participantes, e representantes do IPREV e do TCE/SC participaram ativamente, inclusive como palestrantes. O Diretor Jurídico do IPREV, Gustavo Tengan, abordou o tema “Contribuição Previdenciária e as recentes decisões do STF”. De forma concomitante, foram debatidos outros temas relevantes como auditoria nos RPPS e boas práticas de gestão.

Em julho, o Instituto recebeu a visita do Secretário de Estado da Administração, Vânio Boing, ocasião em que foram discutidos temas estratégicos como o novo plano de cargos e salários, a segregação de massas, consignados e a criação de um fundo específico para o Sistema de Proteção Social dos Militares. Poucos dias depois, em reunião com gestores, Mauro de Oliveira reforçou a prioridade de concluir o Sisprev Web, além de avançar em projetos como a Política de Segurança da Informação, a digitalização do acervo documental e ações de desburocratização. Na mesma reunião, foram apresentados os expressivos resultados da força-tarefa da Compensação Previdenciária (GCOMP), que analisou mais de 14 mil processos em seis meses, evitando perdas financeiras significativas e multiplicando a produtividade da equipe.

De forma integrada, as ações do trimestre evidenciam um IPREV cada vez mais qualificado, inovador e comprometido com seus segurados. Entre capacitações técnicas, fortalecimento da governança, avanços em sustentabilidade, valorização dos servidores e ampliação da educação previdenciária e financeira, a autarquia reafirma sua missão de garantir segurança, transparência e eficiência na gestão da previdência pública catarinense.

7.3 Educação Previdenciária

A educação previdenciária abrange o conjunto de iniciativas de capacitação, qualificação, treinamento e formação direcionadas aos servidores do IPREV, conselheiros, gestores, demais trabalhadores vinculados ao IPREV, bem como segurados ativos, inativos, pensionistas, dependentes e sociedade civil. Essas iniciativas abordam temas como a compreensão do direito à previdência social e seu papel como política pública, além de aspectos relacionados à gestão, governança e controles do RPPS, tais como administração de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças e estruturas de controle interno e externo, entre outros.

A educação previdenciária também inclui a divulgação dos resultados da gestão do RPPS para os diversos órgãos e entidades do governo do ente federativo, instituições públicas e privadas e para a sociedade em geral. Adicionalmente, estão englobadas nesse conceito ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos segurados, como promoção da saúde, prevenção de doenças, educação financeira, planejamento e transição para a aposentadoria, vida pós-aposentadoria e envelhecimento ativo.

Com a referência do Pró-gestão para boas práticas em educação previdenciária, o IPREV está organizando as iniciativas em dois eixos: “capacitação” e “diálogos com os segurados e com a sociedade”. O primeiro eixo tem como público-alvo gestores, conselheiros, servidores IPREV, gestores e demais trabalhadores vinculados ao IPREV. O eixo “diálogos com os segurados e com a sociedade” contempla segurados ativos, inativos, pensionistas, dependentes e sociedade civil.

7.3.1 Capacitação

O IPREV-SC implementa programas específicos de Formação para Conselheiros e de Formação Continuada. Essas iniciativas têm como finalidade profissionalizar a gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e aprimorar práticas de governança. Os conteúdos oferecidos são periodicamente atualizados, de forma a garantir que todos os participantes estejam alinhados às mudanças legislativas, regulatórias e operacionais que afetam o sistema.

Anualmente o IPREV elabora o Plano de Desenvolvimento dos Servidores (PDS), buscando atender tanto à Política Estadual de Desenvolvimento do Servidor da SEA, bem como a necessidade de capacitação e aprimoramento de servidores, do documento que organiza e dá publicidade às ações formativas programadas para o ano seguinte. Desde 2023, o IPREV desenvolve parceria com a Fundação Escola de Governo (ENA) com o objetivo de fornecer aos servidores do IPREV um Programa de Educação Continuada com oferta de cursos de curta duração, visando à capacitação dos servidores públicos e o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais previstas na legislação.

As ações de capacitação envolvem atividades na modalidade online, presencial ou híbrida, organizadas diretamente pelo IPREV ou promovidas por outras instituições, das quais o IPREV promove e incentiva a participação dos servidores, gestores e conselheiros, conforme podem ser visualizadas na tabela 24.

Tabela 24 – Principais Iniciativas de Capacitação referente ao ano de 2025

Iniciativa	Modalidade	Público-alvo	Descrição	Carga horária
Formação básica em RPPS para servidores	Online	Servidores públicos estaduais	Promovido pela Secretaria de administração, realizado em 22/01, o IPREV divulgou e incentivou a participação dos servidores da instituição	03 horas
Curso preparatório para certificação profissional de servidores do RPPS	Presencial	Gestores, conselheiros e servidores dos RPPS	Promovido pela ASSIMPASC, o IPREV contou com a participação de 3 servidoras em 11 e 12/02	18 horas
1ª Reunião Geral e palestra "Saúde Emocional e Motivação para o Trabalho"	Híbrida	Gestores, servidores, terceirizados e estagiários do IPREV	Promovido pelo IPREV, realizado em 24/02	03 horas
Palestra "Saúde da Mulher Trabalhadora – Como Prevenir as Principais Doenças	Presencial	Servidoras, terceirizadas e estagiárias do IPREV	Promovido pelo IPREV, realizado em 07/03	02 horas
Congresso de Investimentos em RPPS	Online	Servidores que trabalham com investimentos no RPPS	Promovido pela ABIPEM, IPREV contou com 5 participantes, realizado nos dias 12,13 e 14/03	16 horas
Curso sobre nova lei de licitações	Online	Para servidores que trabalham com licitações no RPPS	Promovido Grupo Centrum. Uma servidora do IPREV realizou o curso	50 horas
Reunião do CONAPREV Conselho Nacional de Dirigentes de RPPS	Presencial	Dirigentes do RPPS	Realizado em 20 e 21/03, contou com a participação de dois dirigentes do IPREV	16 horas
Curso de Análise de Investimento	Presencial	Servidores do IPREV	Iniciativa foi viabilizada por meio de uma parceria com a Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de São José (São José Previdência). Contou com a participação de 5 servidores do IPREV	05 horas
Curso "Descomplicando a Atuária, noções básicas"	Híbrida	Gestores, servidores do IPREV e Conselheiros	Promovido pelo IPREV, realizado em 23/04. Contou com a participação de 55 pessoas	08 horas
Evento "Ética na Medida"	Online	Servidores públicos estaduais	Promovido pelo Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO-SC) em 29/05, o IPREV divulgou e incentivou a participação dos servidores da instituição	04 horas
XXIII Seminário Sul-Brasileiro de Previdência Pública	Presencial	Servidores dos RPPS	Promovido pela Associação Gaúcha de Instituições de Previdência Pública (AGIP) nas datas 7 e 9/05, o IPREV participou com duas servidoras.	20 horas

Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2025.

7.3.2 Diálogo com os segurados

Foram realizadas iniciativas voltadas à educação e à conscientização, com o uso de ferramentas digitais que permitem ampliar o alcance das informações e facilitar o seu acesso por parte dos segurados e demais interessados. Entre essas iniciativas, destaca-se a Cartilha Previdenciária, documento revisado de forma colaborativa entre diferentes áreas do Instituto, que foi republicado em julho de 2025. Esse material aborda de maneira didática os principais benefícios previdenciários, os critérios para concessão de aposentadorias e pensões, bem como os direitos e obrigações dos segurados. A cartilha é disponibilizada gratuitamente no portal institucional, o que possibilita a consulta por qualquer cidadão. Também estão sendo produzidos vídeos educativos, visando responder as principais questões recebidas no atendimento ao público e sobre os benefícios previdenciários.

Além das iniciativas realizadas por meio de recursos digitais, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV-SC) também planeja ações presenciais e híbridas a serem executadas nos próximos meses, com o objetivo de ampliar o contato direto com segurados ativos, inativos, pensionistas, dependentes e sociedade civil. Entre essas ações, destacam-se a realização de seminários e oficinas temáticas que abordam assuntos como aposentadorias, pensões e qualidade de vida.

7.4 Controle Interno

As atividades de controle interno no período foram apresentadas na última edição do Relatório Semestral de Controle Interno e Ouvidoria, que abrange os dados referentes ao segundo trimestre de 2025.

7.5 Jurídico

Os dados referentes às atividades do setor do contencioso judicial e administrativo no período foram dispostos respectivamente nas tabela 25 e 26.

Tabela 25 – Dados analíticos do setor do contencioso judicial no segundo trimestre de 2025

Núcleo de Conhecimento				
Mês	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Pendências distribuídas	2378	2531	2303	7212
Pendências finalizadas	1741	1824	1810	5375
Documentos produzidos	1355	2087	1810	5252
Estoque de pendências	637	707	493	1837
Processos novos originários	370	296	268	934
Núcleo de Execuções/Cumprimento				
Mês	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Pendências distribuídas	1988	2793	2520	7301
Pendências finalizadas	1409	1898	1893	5200
Documentos produzidos	2151	2563	3293	8007
Estoque de pendências	579	895	627	2101
Processos novos originários	35	35	47	117

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência do Contencioso Judicial.

Tabela 26 – Dados analíticos do setor do contencioso administrativo no segundo trimestre de 2025

Consultas recebidas e respondidas				
Mês	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Consultas recebidas	75	78	61	214
Consultas respondidas	47	46	45	138
Segmentação das consultas respondidas				
Mês	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Manifestações jurídicas	40	42	43	125
Notícias-crime	7	4	2	13

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência do Contencioso Administrativo.

8. CANAIS DE ATENDIMENTO E OUVIDORIA

A ouvidoria pública é uma instância de controle e participação social, responsável por interagir com os usuários com o objetivo de aprimorar a gestão pública, melhorar os serviços e políticas públicas oferecidas, garantir o acesso à informação e promover a transparência de forma proativa e espontânea. Isso é feito em uma linguagem clara e de fácil entendimento, criando condições e mecanismos para o exercício do controle social.

8.1 Papel da ouvidoria

Além de suas atribuições relacionadas ao controle, as ouvidorias também exercem uma função pedagógica, atuando de forma informativa e educativa. Ao fornecerem aos usuários maior conhecimento sobre seus direitos e deveres, contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica e para o fortalecimento da autonomia cidadã. Quanto mais o usuário participa, mais capacitado se torna para exercer esse papel de forma ativa e qualificada. Por meio do canal da ouvidoria, os usuários dos serviços públicos do Poder Executivo Estadual têm a oportunidade de registrar manifestações, expressar seus pontos de vista e contribuir diretamente para o aprimoramento da gestão pública.

8.2 Estrutura e funcionamento

A Unidade de Controle Interno e a Ouvidoria atuam de forma integrada no recebimento, tratamento e encaminhamento das manifestações registradas por meio do canal de ouvidoria. Cabe a essas unidades o monitoramento dos prazos de resposta por parte das diretorias e gerências envolvidas, assegurando o retorno adequado e tempestivo ao cidadão. A Ouvidora exerce o papel de agente mediadora entre a sociedade e o IPREV, zelando pela confidencialidade das informações e adotando as salvaguardas necessárias para proteger a identidade dos denunciante, prevenindo qualquer forma de retaliação ou exposição indevida.

8.3 Formas de contato com a Ouvidora-Geral do Estado de Santa Catarina

- I. Portal da Ouvidoria: Por meio do Portal da Ouvidoria do Estado de Santa Catarina, os usuários podem registrar suas manifestações de forma online e acompanhar o andamento das respostas.
- II. Telefone: Os cidadãos podem ligar para a ouvidoria pelo número 0800-644-8500 para registrar suas manifestações.
- III. E-mail: Os usuários podem enviar e-mails com suas manifestações para ouvidoria@sc.gov.br.
- IV. Aplicativo de Ouvidoria: A Ouvidoria disponibiliza um aplicativo móvel, permitindo que os usuários registrem suas manifestações de qualquer lugar e acompanhem suas respostas em tempo real.